autuado por cintiacarrer em 23/06/2026 11:35:39.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PROJETO DE LEI 489/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue;

- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece princípio da proteção integral à criança e ao adolescente;

- Lei Federal nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

- Lei Federal nº 10.205, de 21 de março de 2001 – Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades e dá outras providências.

- Lei Federal nº 11.930, de 22 de abril de 2009, que institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea;

-Lei Estadual nº 10.936, de 24 de outubro de 2001 – Dispõe sobre o Sistema de Sangue, Componentes e Derivados do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

- Lei Estadual nº 13.771, de 21 de outubro de 2009, que inclui no Calendário Oficial do Estado o Dia Estadual do Doador Voluntário de Sangue

- Lei Estadual nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências;

- Decreto Estadual nº 39.454, de 27 de outubro de 1994, que cria a Central de Notificação para fins de doação de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para transplante

- Lei Municipal nº 8.831, de 12/12/1978, que autoriza a celebração do Termo Aditivo ao convênio celebrado com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, nos termos da Lei nº 8.430, de 2 de setembro de 1976.

- Lei Municipal nº 8.430, de 02/09/1976, que autoriza celebração de convênio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.

Matéria DSP 10132/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 23/06/2026 e juntado ao PL 489/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=746732.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 7.737, de 30/05/1972, que dispõe sobre concessão de auxílio à COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 7.500, de 01/09/1970, que dispõe sobre concessão de auxílio à Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue - COLSAN, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 9.456, de 19/04/1982, que autoriza a celebração de convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.

- Lei Municipal nº 10.775, de 13/11/1989, que dispõe sobre a obrigatoriedade do tipo sanguíneo e do fator RH, como dado referencial na cédula de identidade funcional, e outras medidas.

- Lei Municipal nº 12.494, de 10 de outubro de 1997, que torna obrigatório a concessão de direito ao descanso de 48 (quarenta e oito) horas, a todos os funcionários públicos municipais que se candidatarem a doador de Medula Óssea, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 14.027, de 8 de julho de 2005, que institui palestras de conscientização da importância da doação de sangue nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências; regulamentada pelo Decreto nº 46.585/05;

- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo e dá outras providências;

− Lei Municipal nº 14.680, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a realização de palestras de conscientização sobre a importância da doação de órgãos nas escolas da Rede Municipal de Ensino;

- Lei Municipal nº 14.899, de 6 de fevereiro de 2009, que institui no Município de São Paulo a Quinzena Municipal de Doação de Sangue, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.143, de 1 de abril de 2010, que cria o Programa de Conscientização para doação voluntária de sangue no Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.253, de 12 de agosto 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 12 de agosto de 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos a Praça Itinerante do Doador de Sangue, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.963, de 24 de julho de 2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês do Doador de Sangue, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.978, de 10/09/2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Mundial do

Matéria DSP 10132/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 23/06/2026 e juntado ao PL 489/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=746732.

autuado por cintiacarrer em 23/06/2026 11:35:39.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Doador Voluntário de Sangue, a ser comemorado anualmente no dia 14 de junho, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.751, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a Campanha de Conscientização, Valorização e Incentivo da Doação de Sangue, Plaquetas e/ou Medula Óssea na Cidade de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.119, de 03 de maio de 2024, que autoriza o Poder Executivo a adquirir ou locar helicóptero-UTI para o uso no sistema de saúde do Município, para prestar primeiros socorros, remoção de vítimas e traslado de órgãos humanos para transplantes.

PL 158/2026 Dispõe sobre a conversão da penalidade de multa de trânsito para condutores de veículos automotores que optarem pelo pagamento da multa com a doação de sangue nos hemocentros vinculados ao Ministério da Saúde e dá outras providências.

PL 105/2026 Institui o Programa 'Rodízio Solidário' no Município de São Paulo, autorizando a conversão de multas por descumprimento do Rodízio Municipal de Veículos em incentivo à doação de sangue e medula óssea, e dá outras providências.

PL 578/2024 Institui a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite – Promoção 3D, no município de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 23 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Legislativa Supervisora setor de Pesquisa e análise prévia de Proposituras
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 10132/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 23/06/2026 e juntado ao PL 489/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=746732.